
Avaliação Institucional: Da Resistência à Consistência*

Simone Aguiar Costa Lima Maranhão e Rosane Barbosa

Nos últimos anos, tem-se ouvido muito falar sobre avaliação institucional, especialmente a de instituições de ensino superior (IES). Se antes havia uma criteriosa resistência, hoje sua aceitação torna-se inevitável face ao cenário educacional da atualidade.

Contudo, algumas questões de natureza metodológica ainda permanecem pouco consensuais por parte das comissões de avaliação institucional, das diversas instituições de ensino superior (IES) do país.

É verdade, que a realização da avaliação institucional decorre diretamente das diretrizes das políticas públicas para o ensino superior, com determinações que antecedem à própria LDB, que instituiu a avaliação como um de seus princípios. Porém, não deixa de ser verdade uma outra questão de ordem: a necessidade de aperfeiçoamento permanente de cursos, pesquisas e serviços de um tipo de instituição cuja finalidade está intrinsecamente ligada ao conhecimento (apropriação, produção e difusão) e cuja missão é direcionada para a transformação da sociedade.

Questionamentos e resistências têm origem, principalmente, em duas lógicas: primeiro, em nossa própria história de avaliadores (julgadores) de alunos, não acostumados a ter nossos conhecimentos e procedimentos colocados sob julgamento. No ensino superior ainda persiste o “espírito do catedrático”, embora o instituto da cátedra já tenha sido extinto há muito tempo. Atitudes “normais”, características de uma educação conservadora, de longa tradição em todos os níveis de ensino brasileiro. Moacyr Gadotti já afirmou, inclusive, que a educação brasileira tem um discurso progressista bastante difundido em publicações diversas, mas mantém sua prática com as características dominantes do conservadorismo. Impera, pois, nas instituições de ensino superior o *habitus instituído*. Em segundo lugar, mesmo não se atribuindo prevalência de um fator sobre o outro, vem a questão da liberdade acadêmica associada ao *habitus instituído* de rejeitar propostas exógenas à instituição, o que leva, quase que automaticamente, à não aceitação de determinações oriundas de outro *locus*, que não a própria comunidade acadêmica de cada IES.

Este cenário tem levado as IES a situações das mais diversas, em relação à avaliação institucional: iniciam o processo e o interrompem (porque não vêem os resultados imediatamente, porque o custo é muito alto, porque não há engajamento da comunidade acadêmica); contratam empresas que têm trabalho padronizado; realizam apenas levantamentos dos indicadores quantitativos estabelecidos pela legislação e normas vigentes. A consequência, nestes casos, quase sempre, é de frustração. Todavia, algumas instituições iniciam e dão continuidade ao processo, obtendo sucesso.

* Base do Texto extraído do artigo publicado no Jornal “A Folha Dirigida” Rio de Janeiro.

Qual é o diferencial?

Das avaliações bem sucedidas, que se tem notícia, verifica-se que seus processos não se deram simplesmente com a finalidade de cumprir mais uma determinação do “Estado Avaliador”. Mais que isso, buscaram construir, no seio da comunidade acadêmica, um projeto de avaliação não só teórico-metodologicamente consistente, mas um projeto que não perdesse de vista o paradigma humanista. Um projeto pensado e desenvolvido pela comunidade acadêmica e com a comunidade acadêmica da IES, de modo que, gradativa e coletivamente, se constitua o *habitus instituente* (no sentido que lhe é atribuído por René Barbier, em sua obra *A pesquisa-ação na instituição educativa*).

A avaliação institucional, em seu âmbito interno, de auto-avaliação, é o contraponto aos procedimentos meramente quantitativos com intenções *rankeadoras* ancorada na política governamental para o ensino superior. Contudo, ela só será realmente esse contraponto se as IES transformarem em realidade concreta o paradigma humanista e trabalharem com grupos-sujeito (Barbier, op.cit).

Em assim sendo, é de fundamental importância iniciar o processo, integrando todos os *grupos-sujeito* que constituem a comunidade acadêmica (professores, alunos, funcionários, comunidade), sensibilizando-os à participação efetiva. Para que isso ocorra, *palavras não bastam*. São necessárias ações. Esta sensibilização passa, portanto e inevitavelmente, pela identificação da percepção que os grupos-sujeito têm da instituição e pelo levantamento das contribuições que os mesmos têm a dar ao processo avaliatório.

Todavia, sua participação não pode ficar limitada ao momento inicial. A sensibilização deve acompanhar todo o processo, todas as suas etapas, não para “forçar” o consenso, para desvelar os conflitos que existem, muitas vezes dissimulados, no espaço institucional. Conflitos historicamente situados que configuram a dialética das relações de poder nas IES. Uma avaliação institucional que não identifique tais relações será, meramente, uma avaliação burocrática e, portanto, frustrante, pois não trará contribuições que permitam transformações em direção ao aperfeiçoamento constante dos processos acadêmicos.

Transformações que reflitam a dinâmica institucional, só podem ser consolidadas com o auto-conhecimento institucional e essa auto-consciência institucional não se produz fora da “arena acadêmica”, ou dentro dos gabinetes dos técnico-burocratas. É produzido no espaço e tempo institucionais, através do diálogo permanente entre/com os sujeitos que constituem a comunidade acadêmica, da observação do *habitus instituído*, do desvelamento do imaginário e da descoberta do *habitus instituente*. O auto-conhecimento, difundido em/por toda a comunidade acadêmica será o *ponto de partida e de chegada* para a (re) afirmação da identidade institucional.

Identidade institucional conhecida e assumida por atores concretos – este é o marco que garantirá uma avaliação institucional ética e educativa com finalidade emancipatória. Os sujeitos conquistam o espaço da participação e tornam-se autores privilegiados, balizadores da transformação dos processos acadêmicos em direção ao aperfeiçoamento constante. Criando-se internamente o contraponto e a consistência à descaracterização da singularidade da identidade de cada IES, imposta pela proposta ranqueadora do “Estado Avaliador”. ◆